

ATA 001/2020

Elaborado por: Jéssica Aguirres – Assessora – Sindilat/RS		Ref.: Reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira
Data: 13/03/2020	Horário: 10h às 16h	Local: FARSUL – Porto Alegre – RS

1. **RELATO:** A abertura da reunião foi realizada por Rodrigo Rizzo, representante da Farsul, as 10 horas e 30 minutos. Saudando a todos os presentes, Rizzo passa a palavra para o Coordenador da Aliança Láctea Sul Brasileira, Alexandre Guerra. Guerra lembra que a Aliança Láctea Sul Brasileira está sob coordenação do Estado do Rio Grande Sul e que os três estados da região sul do Brasil representam 35% (trinta e cinco por cento) da produção nacional e juntos tem o objetivo de chegar a 40% (quarenta por cento) de participação, mas precisa continuar trabalhando a competitividade. O Coordenador da ALSB trouxe ainda o assunto do novo coronavírus, que tem seus impactos iniciais e torna o momento instável e imprevisível para todos os setores, incluindo o setor lácteo. Guerra coloca que a Aliança Láctea surgiu como uma estratégia comum entre os três Estados, como forma de cooperação para o desenvolvimento e trabalha voltado para os eixos de sanidade, mercado e competitividade. Cumprimentando o Senhor Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Covatti Filho, Guerra ressaltou a importância da necessidade de renovar a assinatura do convênio com os três estados. Secretário Covati Filho fala da importância da relação com a Farsul, Sindilat e ALSB, informa que estão construindo a assinatura do convênio. Uma reunião com os governadores dos três estados está prevista para 30 de março de 2020. Gedeão Pereira, presidente da Farsul, cumprimenta a todos e reforça a disponibilidade da Farsul para com a Aliança Láctea. Cita ainda que acredita que, em decorrência do novo coronavírus, podemos ter aumento do consumo de proteínas convencionais. Enori Barbieri, presidente da Cidasc e vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina, ao cumprimentar os três estados, fala sobre as cadeias em Santa Catarina: aves, suínos e fumo. E lembra que o papel da FAESC é trabalhar em conjunto para representar os trabalhadores rurais. Rubens Ernesto Niederheitmann, Diretor Técnico da Secretaria de Agricultura do Paraná, cumprimenta a todos representando o Senhor Norberto Ortigara, Secretário da Agricultura do Paraná, que não pode comparecer à reunião. Niederheitmann pontuou a importância de manter a coesão dos três estados do Sul do Brasil. Salaria preocupação com a qualidade, produtividade e competitividade perante aos novos desafios do coronavírus. E reforça a

importância da união entre Governo e setor privado. Rolnei Volpi, presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e da Câmara Setorial do Leite e Derivados, do Ministério da Agricultura, lembra que a Aliança Láctea Sul Brasileira tem assento permanente na Câmara Setorial em Brasília.

2. POSIÇÃO DAS FEDERAÇÕES COM RELAÇÃO A VACINAÇÃO DA AFTOSA: O calendário de retirada de vacinação contra a febre aftosa no Brasil também foi tema da reunião da Aliança Láctea. O presidente da Farsul, Gedeão Pereira, informou que a situação do Rio Grande do Sul está em análise e que o maior indicador de que não há circulação de vírus em território gaúcho é o fato de Santa Catarina não vacinar o rebanho e não ter registro de caso. Ronei Volpi argumentou que o certificado de status livre de aftosa sem vacinação é um passaporte e que cabe às empresas buscarem seus mercados. Alexandre Guerra, sustentou que a abertura de novos mercados, seja no Mercosul, na União Europeia ou na China, é de extrema relevância para o cenário lácteo nacional. E ressaltou que é com a exportação que teremos mais oportunidades de expandir os negócios dos laticínios na Região Sul. Guerra, salientou ainda que a união dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná é uma estratégia forte para levar as necessidades da região até Brasília.

3. REFORMA TRIBUTÁRIA - IMPACTOS PARA O SETOR LÁCTEO: Marcelo Costa Martins, da Viva Lácteos, através de conexão online via aplicativo Skype, apresentou um relatório de impactos para o setor lácteo que podem ser trazidos com reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional por meio das PECs 45 e 110 que precisará ser revista sob pena de comprometer a viabilidade financeira da cadeia produtiva do leite e de diversos alimentos e o próprio poder de compra da população brasileira. As medidas trazem elevação de carga tributária sobre alimentos, aumento de impostos sobre o produtor rural e maior burocracia para prestação de contas dos tambos, que atualmente são tributados apenas com Imposto de Renda e, de acordo com a proposta, passarão a ser contribuintes do novo Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS). Segundo estimativa da Viva Lácteos, a inclusão do produtor como contribuinte do IBS elevará o custo de produção em 5 centavos por litro de leite, no caso de grandes tambos. Já os pequenos produtores, terão um impacto de 9 centavos por litro. “Como o pequeno produtor usa menos insumos, ele terá menos crédito para compensar que os grandes, por esse motivo pagarão mais imposto por litro de leite”, ressaltou o diretor executivo da Viva Lácteos, Marcelo Costa Martins. Pela regra em discussão, o produtor terá que emitir a nota fiscal de venda e destacar o imposto devido,

diferente do que ocorre agora quando é a indústria que emite a nota de compra. Os tambos também terão que fazer um livro caixa para se creditar da compra de insumos, o que exigirá a contratação de contadores para os auxiliarem. Na indústria, a carga tributária - hoje em 4% - pode chegar a 25%. Também está prevista extinção dos créditos presumidos e, com eles, de programas como o Mais Leite Saudável, que desenvolve ações de melhoria da qualidade e produtividade e vem trazendo benefícios diretos a todo setor leiteiro. “Caso a alíquota do IBS seja de 25% inviabilizará a produção de lácteos. É preciso o setor participar ativamente do debate” enfatizou o coordenador da Aliança Láctea Sul-Brasileira, Alexandre Guerra. A ideia da Aliança Láctea é buscar uma alíquota diferenciada para o leite e derivados e a manutenção de créditos presumidos ou algum instrumento similar, duas medidas que precisarão estar expressas na proposta de reforma tributária. Desta forma, acredita-se será viável manter o valor dos alimentos à população e não comprometer a sobrevivência do setor. O setor lácteo alerta que o impacto do aumento da carga tributária sobre cesta básica recairá sobre as famílias mais pobres. Isso porque a proposta de compensação por meio de elevação do Bolsa Família só contemplará uma fatia pequena da população. Segundo a Pesquisa Orçamento Familiar do IBGE, 71% da população tem renda bruta per capita inferior a R\$ 1.200,00 por mês. “Se o governo elevar a tributação, e a compensação via Bolsa Família for concedida aos 20% mais pobre, isso deixará outros 51% pagando mais pelos alimentos”, compara, alertando que 40% do orçamento da população dessa faixa de renda está hoje comprometida com habitação, principalmente com financiamento da casa própria, e não há espaço no orçamento familiar para pagar mais pelos alimentos. Desta forma, o setor lácteo rechaça a elevação da carga tributária, a inclusão dos produtores de leite como contribuintes do IBS e solicita a rápida restituição de créditos da exportação, de investimentos e os acumulados no período de transição. Segundo Marcelo Martins, diversas reuniões estão sendo feitas para apresentar a posição setorial. “O momento é de participarmos do debate para que pontos sensíveis para o setor sejam inclusos nas PECs”, ressaltou Martins.

4. **PLANO COMPETIVIDADE LEITE BRASILEIRA:** O plano de Competitividade para o Leite Brasileiro, seria apresentado também pelo Senhor Marcelo Costa Martins, mas devido a problemas de conexão com internet, foi apresentado pelo secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Ficou definido que representantes do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina reunirão sugestões do setor lácteo a serem enviadas ao Ministério da Agricultura a respeito do CompeteLeite BR, que trata de questões diversas que influenciam

direta ou indiretamente na competitividade do segmento. A base do trabalho será o levantamento preliminar realizado no Rio Grande do Sul apresentado pela Emater/RS. O resultado será levado à reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados no dia 7 de abril. Um apontamento importante mencionado em relação ao CompeteLeite BR é sobre a inexistência de um nivelamento de informações e ações dos inspetores federais, o que resulta em exigências diferentes no ato de controle das indústrias. A sugestão é a realização de fóruns e encontros de nivelamento interno e com a iniciativa privada.

5. **SITUAÇÃO ACORDO MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA E ABERTURA DE NOVOS MERCADOS:** A Diretoria Negócios Internacionais da CNA, que faria a apresentação sobre a situação do Acordo do Mercosul e União Europeia e trataria também sobre a abertura de novos mercados não pode se fazer presente em decorrência de reuniões emergenciais impostas pelo novo coronavírus.

6. **CONSULTAS PÚBLICAS E SITUAÇÃO IN'S:** Letícia Vieira, assessora da área da qualidade do Sindilat/RS, explanou sobre as principais questões levantadas em reunião da área técnica dos associados do Sindilat, sobre a consulta pública de destinação de leite cru. E informou que as sugestões dos técnicos dos laticínios foram enviadas ao Ministério da Agricultura. Karla Pivato, Chefe da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretária de Agricultura do Rio Grande do Sul, falou sobre a necessidade de revisão de normas de sanidade animal e fiscalização no país. Ronei Volpi, salientou que o Sul tem a menor prevalência do país. Salientando que é preciso adotar uma política de trabalho para avançar no controle de brucelose e tuberculose em complementação ao que já foi feito com a aftosa.

7. **ASSUNTOS GERAIS:** Nos assuntos gerais, uma questão que preocupa os estados do Sul é a nova exigência dos controles estatísticos diários sobre as entradas e o processamento na indústria, tema que veio recentemente à tona por meio do chamado Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIGSIF). Darlan Palharini informou que o Sindilat/RS encaminhou ofício ao Ministério da Agricultura questionando a real necessidade do lançamento diário destes dados. A próxima reunião da ALSB ficou previamente agendamento para 17 de julho de 2020.

Alexandre Guerra

Coordenador da Aliança Láctea Sul Brasileira